

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**

**ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO**

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

**ADMINISTRAÇÃO DE ENTIDADE RELIGIOSA: Uma análise das práticas administrativas em uma entidade na cidade de Goiânia - GO**

Vivian Rodrigues Venâncio

GOIÂNIA - GO

2022/1

**Vivian Rodrigues Venâncio**

**ADMINISTRAÇÃO DE ENTIDADE RELIGIOSA: Uma análise das práticas administrativas em uma entidade na cidade de Goiânia - GO**

Artigo Científico apresentado junto ao Curso De Administração da Pontifícia Universidade Católica De Goiás, como exigência parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientador Prof. Avelino Corrêa, Mestre

GOIÂNIA - GO

2022/1

ADMINISTRAÇÃO DE ENTIDADE RELIGIOSA: Uma análise das práticas administrativas EM uma entidade na cidade de Goiânia - GO

Vivian Rodrigues Venâncio [[1]](#footnote-1)

resumo

O estudo apresentado tem como temática a administração de entidades religiosas, observando especificamente uma entidade inserida na cidade de Goiânia, Estado de Goiás. A justificativa do estudo é analisar as complexidades de administração em uma entidade religiosa. O objetivo geral do estudo foi verificar se havia a possibilidade de casos de práticas inadequadas de administração em entidades religiosas. Já para os objetivos específicos, foram propostos: a definição das atividades da entidade religiosa pesquisada; a observação, ou não, da existência de casos de desvio de finalidade na entidade pesquisada e suas consequências; e a identificação de pontos corretos e complexos da administração em entidade religiosa. A metodologia de estudo foi a fenomenológica, com pesquisa de campo, sendo pesquisa descritiva, utilizando de materiais de coleta de dados por meio de questionário e entrevista. O estudo foi dividido: em uma introdução; no referencial teórico com informações sobre administração; na exposição da metodologia e nos resultados e discussões sobre estes; e as considerações finais. O resultado a que se chegou concluiu que a administração, em instituições religiosas, demanda conhecimentos administrativos mesmo que somente por experiência, existindo fácil possibilidade de confusão patrimonial. No caso analisado, porém, há ações administrativas e controle patrimonial que garantem a separação do patrimônio, como também, a administração da instituição.

ABSTRACT

The study presented has as its theme the administration of a religious entity, specifically observing an entity inserted in the city of Goiânia, State of Goiás. The study's justification is to analyze the complexities of administration in a religious entity. The general objective of the study is to understand if there are cases of bad administration in religious entities. As for the specific objectives 1. Define the activities of the researched religious entity; 2. Observe if there are cases of purpose deviation in the researched entity and its consequences; 3. Develop the correct and complex points of administration in a religious entity. The study methodology is phenomenological, with field research, being descriptive research, using data collection materials through questionnaire and interview. The study is divided into an introduction, theoretical framework with information on administration, exposure of the study methodology, results and discussions of the study, at the end the final considerations. The study concludes that the administration in a religious institution demands administrative knowledge, even if only by experience, there is an easy possibility of patrimonial confusion. In the analyzed case, there are administrative actions and patrimonial control that guarantee the patrimonial separation and an administration of the institution.

PALAVRAS-CHAVE: Administração. Entidade Religiosa. Gestão.

# 1 INTRODUÇÃO

As organizações religiosas detêm personalidade jurídica de direito privado, isto é, uma entidade com finalidades específicas e especialmente com direitos e deveres civis, porém se diferenciando das diversas empresas comuns que normalmente visam lucro e/ou um desenvolvimento econômico específico. Ocorre que, em havendo má administração da entidade religiosa e/ou má fé de seu administrador, pode resultar em confusão patrimonial e complexidades econômicas na identificação de limites patrimoniais.

Como informam os estudos de Correa (2017), a administração de entidades religiosas costumeiramente é feita por seus líderes religiosos e em poucos casos existindo cargos de administração propriamente dito ou sequer setores contábeis em tal entidade. Diante disto é possível a existência de más práticas administrativas nestas instituições, uma vez que a vida de tais administradores leigos e líderes religiosos costuma ser voltada para tal atividade.

Diante de tais informações, se desenvolveu este estudo, visando a compreensão sobre quais as típicas práticas administrativas dentro de instituições religiosas e se tais práticas estão de acordo com o considerado como boa conduta e ação do administrador e/ou respeito às regras administrativas.

O estudo visou à compreensão da seguinte problemática: será que existem ações administrativas que sejam incorretas, praticadas por parte dos administradores de instituições religiosas?

Para o desenvolvimento de tal problemática, considerou-se compreender o que há de comum dos atos administrativos em entidades religiosas e sua observação em uma entidade religiosa específica, utilizada como campo para o estudo.

A justificativa de tal estudo foi a compreensão sobre como as mais diversas entidades religiosas desenvolvem suas atividades e bem como compreender se ocorre confusão patrimonial ou desvio de suas atividades e objetivos. Como consequência, buscou observar se existe necessidade de maior difusão do conhecimento da importância do administrador de carreira em tais entidades religiosas.

Vale ressaltar ainda que o estudo detém, como objetivo acadêmico, atuar dentro da linha de pesquisa em planejamento e gestão estratégica, mais especificamente tratando da eficiência econômica da instituição pesquisada, por meio do controle do uso de seus bens patrimoniais. Teve a intenção acadêmica voltada para a análise da prática administrativa, necessária à formação profissional do administrador.

O estudo foi estruturado com um referencial teórico que proporcionou informações e dados iniciais para a compreensão da temática e seu desenvolvimento posterior. Seguiu-se com um desenvolvimento metodológico e apuração de dados encontrados em diversas plataformas. Ao final divulgaram-se os resultados e as discussões do estudo.

# 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Com a intenção de apresentar embasamento teórico ao estudo presente, buscou-se o entendimento de renomados autores informando sobre conhecimentos essenciais ao estudo, de forma tenham o rigor teórico necessário para validar a argumentação a seguir.

Para desenvolver o estudo com facilidade de compreensão, foi necessário incialmente destacar o conhecimento sobre o papel do administrador e a importância de tal profissional para o controle dos ganhos em geral das organizações.

Foi necessário ainda compreender como são tratadas as questões de prolabore e, especialmente, pagamentos diversos para os responsáveis ou controladores da organização, considerando que o capital da empresa não pode ser arbitrariamente tomado sob a ideia de trabalho do controlador, sob pena de perda de capital e desvio de seus objetivos.

Diante da temática em estudo, foi necessário, ainda, desenvolver o que se considera como confusão patrimonial e quais os perigos de tal prática dentro das organizações diversas e como isso pode impactar o crescimento dessas organizações, do seu capital em geral, freando o alcance de seus objetivos.

**2.1 O Papel Do Administrador**

É essencial compreender qual seja o papel do administrador e especialmente a sua função devida no ambiente de desenvolvimento de uma organização, especialmente podendo atuar em instituições religiosas para auxiliar a atingir seus objetivos.

Conforme Chiavenato (2008), a administração é conceituada comumente como a ação de administrar, isto é, desenvolver uma série de ações, planejamentos e desenvolvimentos do conhecimento humano para gerir uma organização ou situação e atingir seus objetivos. O conceito de administração é de difícil fechamento, de forma que são tão amplas as suas atuações que se torna impossível dar um conceito diverso da ação de administrar, mesmo sendo um conceito amplo ao extremo este se torna o mais completo.

Carranza (2016), em entendimentos mais restritos e severos, informa de seus estudos que a administração pode ser considerada como um conjunto de atividades, princípios, regras e normas que tem por objetivo geral planejar, organizar, coordenar e controlar os esforços de um grupo de indivíduos que se associem para atingir um resultado pré-estabelecido. Tal conceito pode ser desenvolvido em qualquer caso, seja administração pública ou geral, bem como restringe a administração a uma série de regramentos que devem ser utilizadas e não podendo ser ignoradas, sob pena de má administração ou evidência de interesses escusos.

O Administrador pode ser conceituado como aquele que administra, porém neste ponto existem diversas discussões doutrinárias sobre o que de fato é o administrador. Para a doutrina e autores majoritários, o conceito de administrador é simplesmente aquele que administra algo, para outra parcela existe o conceito de administrador como aquele que administra devidamente e com uso das técnicas corretas de administração. De fato, parece existir um entendimento do administrador como aquele que administra de forma correta, com as técnicas da ciência que é a administração, bem de acordo com a finalidade que o patrimônio ou a entidade administrada tenham (PALUDE, 2016).

Diante disto, é evidente que o papel do administrador compreende em desenvolver uma série de atos para controlar, planejar e gerir das mais diversas formas um patrimônio, pessoas ou uma entidade em geral para atingir os objetivos pré-fixados. Ainda é dito por Palude (2016) que o administrador típico é aquele com o conhecimento base da ciência de administração e desta como um ramo complexo das ciências humanas.

O papel do administrador é então administrar, sendo que tal administração deve ser desenvolvida com uma série de ações planejadas, de acordo com os regramentos da ciência administrativa e especialmente visando atingir os objetivos diversos da entidade administrada.

O exercício da função administrativa só deveria ser desenvolvido efetivamente por um administrador com os conhecimentos que são típicos da administração, assim evitando usos escusos da posição de administrador, bem como garantindo que a entidade atinja seus objetivos. Neste sentido, Chiavenato (2008) compreende que a atividade do administrador, se for utilizada para interesses escusos ou de forma a se ignorar as regras administrativas e suas técnicas, apenas seria uma ação desmedida, não se confundindo com uma administração como deve ser.

É importante ainda compreender que a função do administrador pressupõe uma série de conhecimentos essenciais para o benefício da empresa, sendo uma gestão de recursos materiais e imateriais, assim desenvolvendo uma alocação de recursos financeiros e até mesmo de pessoas (CHIAVENATO, 2003).

Em função dos aspectos exclusivos de cada organização, o administrador define estratégias, efetua diagnósticos de situações, dimensiona recursos, planeja sua aplicação, resolve problemas, gera inovação e competitividade.

[...]

As habilidades do administrador envolvem o uso de conhecimento especializado e facilidade na execução de técnicas relacionadas com o trabalho e com os procedimentos de realização. É o caso de habilidades em contabilidade, em programação de computador, engenharia etc. As habilidades técnicas estão relacionadas com o fazer, isto é, com o trabalho com "coisas", como processos materiais ou objetos físicos e concretos. É relativamente fácil trabalhar com coisas e com números porque eles são estáticos e inertes, não contestam nem resistem à ação do administrador (CHIAVENATO, 2003, p. 73).

Assim existem habilidades focadas especificamente no conhecimento técnico, testado e referendado, o qual detém a intenção clara de dar ferramentas para o administrador agir conscientemente de forma a gerar melhores possibilidades de sucesso financeiro ou dos objetivos da instituição que auxilia. Ocorre que pode ser considerada ainda uma série de outros fatores como as habilidades pessoais e que são relacionadas com a gestão de pessoas, tais como a comunicação, formas de arrecadações de informações por meios de contato social e das relações internas entre os colaboradores, de forma que estas não são técnicas e demandam habilidades pessoais do administrador (CHIAVENATO, 2003).

As habilidades pessoais do administrador ainda expõem o seu papel como parte da entidade ou empresa, de forma que habilidades de relacionamento não são costumeiramente pautadas em cursos de graduação de administração, mas são parte importante do processo de gestão de pessoas e que demandam cada vez mais habilidades comunicativas para perceber as diferenças do ambiente de trabalho (CHIAVENATO, 2003).

Diante disto se observa como o papel do administrador vai além do simples conhecimento técnico, há ainda a necessidade do conhecimento de práticas e experiências em alguns campos, de forma que o dito papel do administrador é até generalista e deve administrar com maestria uma instituição ou empresa.

Vale ressaltar ainda, conforme expõe Carranza (2016), que há um grande papel do administrador em ser o indivíduo responsável por toda a cadeia de comando e hierarquia, ainda sendo o indivíduo que toma para si a responsabilidade dos resultados, com independência deles serem um sucesso ou não.

A responsabilidade é o outro lado da moeda. Significa o dever de desempenhar a tarefa ou atividade para a qual a pessoa foi designada. O grau de autoridade é proporcional ao grau de responsabilidade assumida pela pessoa. Para os autores neoclássicos, a responsabilidade provém da relação superior-subordinado e do fato de alguém ter autoridade para exigir determinadas tarefas de outras pessoas (CHIAVENATO, 2003, p. 158).

Tanto os ensinamentos de Chiavenato (2003) quanto os de Carranza (2016), apresentam que a responsabilidade é um fator central do papel do administrador. Por ser este agente que costumeiramente detém altas posições na pirâmide hierárquica, diante de seu poder e hierarquia, há a clara responsabilidade por todo o contexto da empresa, diante te suas tomadas de decisão.

Vale informar que muito embora seja comum a figura do administrador como o topo da cadeia de comando e consequentemente o indivíduo com maior responsabilidade na empresa ou instituição, em certos momentos há a figura de dono ou controlador que muitas vezes não se responsabiliza e não participa diretamente da hierarquia. Em certos casos a figura do dono ou controlador se mescla com a do administrador, assim restando a necessidade de se responsabilizar (CARRANZA, 2016).

Carranza (2016) assevera que em muitos casos, especialmente empresas familiares ou pequenos negócios, a figura do dono se confunde com a figura do administrador e com isso diversos problemas podem existir, especialmente se o dito dono não conhecer das funções e necessidades da administração.

Diante das informações apresentadas, se compreende como a atividade administrativa é ampla e detém regras, não podendo ser feita de qualquer maneira e necessitando de certo nível de conhecimento.

**2.2 O Prolabore e os Serviços do Empreendedor**

Diante da existência de uma série de atribuições por parte de um indivíduo, que preste um papel de administrador ou gestor ao mesmo passo que é um dono ou controlador da empresa ou instituição, é evidente que deve existir uma contra prestação por sua atuação.

Em certos momentos é considerado comum um administrador ser também o fundador da empresa ou exercer a figura do dono da empresa. Muito embora não seja recomendado, exceto raros casos, a figura do dono ou fundador de uma entidade é plenamente compatível com o a função do administrador e em empreendimentos com objetivos econômicos claros tais funções podem até mesmo se auxiliar em certos casos. Palude (2016) entende que muito embora o empreendedor, dono ou fundador administra uma empresa, não pode existir um trabalho sem remuneração, bem como não pode tal remuneração ser deixada a vontade do administrador.

O desenvolvimento do Prolabore é simplesmente uma aliteração originada do latim que desenvolve a compreensão de ser algo recebido pelo trabalho, assim sendo nada mais que um pagamento, uma contraprestação em razão do serviço prestado. Ocorre que, no mundo empresarial e especialmente na ciência administrativa, o prolabore é amplamente conhecido como o pagamento aos administradores, conselheiros e fundadores que atuam no envolvimento com uma entidade. Carranza (2016) apresenta que este prolabore é um item essencial para conciliar postos de empreendedorismo em que o administrador se confunde com o dono ou controlador e necessite ainda se manter financeiramente.

O prolabore existe diante de certos motivos, porém o principal destes é evitar o desenvolvimento da confusão patrimonial em empresas familiares, entidades com baixos recursos e com finalidades não patrimoniais, bem como naquelas em que a função de administrar esteja próxima ou alocada no indivíduo fundador ou dono (CHIAVENATO, 2008).

É certo que todo indivíduo precisa custear suas necessidades básicas de subsistência, tais como a alimentação, vestimenta, transporte, cultura, lazer e diversos outros itens que fazem parte da vida comum, para isso há a necessidade do custeio monetário. O prolabore é nada mais que o pagamento com essa finalidade, feito especificamente a um indivíduo que trabalhe na empresa e que detenha certos poderes que poderiam lhe tentar a utilizar recursos da empresa ou entidade para custear suas necessidades (MONTOTO, 2018).

É claro que a ideia de usos da organização para suprir os recursos e necessidades básicas do dono ou empreendedor administrador parece tentadora e considerada até mesmo válida, por este indivíduo ser o criador ou pessoa à frente das responsabilidades. Acontece que a confusão patrimonial ocorre com essa tentação e gera uma série de complexidades na gestão de recursos financeiros.

A intenção do prolabore é evitar a confusão patrimonial ao passo que se envolve com a subsistência do indivíduo empreendedor ou controlador de uma entidade, sendo um mecanismo de contra prestação que permite controle dos recursos da empresa.

Instituições religiosas costumeiramente detém a figura do prolabore ao mesmo passo que desenvolvem um controle de informações administrativas, contábeis e de gestão de pessoas. Já em entidades religiosas com descontrole administrativo e que não respeitam os princípios administrativos, há também um desconhecimento do prolabore e confusão patrimonial entre o patrimônio do administrador ou comandante da instituição e os recursos da instituição (CORRÊA, 2017).

Vale observar que as instituições religiosas detêm patrimônio e normalmente o seu administrador é cumulado na função do mestre religioso, assim diversas destas entidades se utilizam do prolabore ou certas limitações do uso patrimonial para evitar certas confusões e prejuízos para entidade. (CORRÊA, 2017).

Diante de tais informações, fica claro como é necessário o devido pagamento do administrador que também esteja como fundador ou dono de certa empresa. Assim o prolabore atua também como uma ferramenta para auxiliar o desempenho da empresa ou entidade e garantir seus o objetivos.

**2.3 Os Perigos Da Confusão Patrimonial**

É necessário ainda, conhecer as complexidades sobre a confusão patrimonial, como este problema pode ocorrer nas instituições e, ainda mais, como este problema é um grande risco econômico para a organização. Assim, dedica-se este tópico ao estudo da confusão patrimonial, seus aspectos, perigos e soluções.

Crepaldi (2019) apresenta que a confusão patrimonial é item de grande complexidade e importância no desempenho de uma organização, vez que mascara os reais recursos ou custos e pode gerar uma falsa sensação de bonança ou de crise em suas demonstrações.

Uma confusão patrimonial pode ser definida como um problema de ingerência sobre o patrimônio da empresa, seja em despesas, ganhos ou alocação de recursos, de forma que o capital não seja possível de ser analisado corretamente e estejam confusos os dados nas demonstrações (CREPALDI, 2019).

Uma confusão patrimonial pode ser observada em demonstrações contábeis, em sistemas de informação gerencial ou até mesmo em dados informais apresentados para o administrador. Em síntese, uma confusão patrimonial é um problema de informação da empresa, que impede a correta inteligência dos recursos disponíveis e gastos da entidade ou empresa (CREPALDI, 2019).

A confusão patrimonial é um dos itens que mais leva à mortalidade empresarial, muito embora as complexidades de um mercado ou até mesmo a manutenção de uma empresa sejam complexas, a confusão patrimonial é um claro sinal de má administração e especialmente de problemas financeiros na atribuição de recursos (MONTOTO, 2018).

Uma confusão patrimonial pode se apresentar de diversas maneiras, desde o envolvimento com investimentos sem a devida documentação que apresente aos administradores a sua existência, atrasos de pagamento, usos secretos de patrimônio e desvios de patrimônios. Assim é evidente que uma confusão patrimonial será maléfica para a saúde financeira de uma entidade, podendo levar ao desenvolvimento de dívidas, problemas fiscais e até mesmo levando a falência da empresa (MONTOTO, 2018).

Conforme os estudos de Corrêa (2017) a confusão empresarial em empresas pequenas e especialmente em entidades religiosas novas ou com baixo conhecimento de seus administradores é fator bem comum, assim levando a problemas financeiros e até mesmo problemas fiscais. Entidades religiosas não costumam desenvolver uma administração de ponta, podendo existir uma série de problemas na gestão da entidade e especialmente a confusão patrimonial.

Corrêa (2017) também apresenta ser comum a confusão patrimonial de uma instituição religiosa e seu administrador, afirmando ainda que é complexa a forma de observar e provar a confusão patrimonial em instituições pequenas, isso pois, muitas das transações da instituição são feitas em dinheiro e pequenas instituições não costumam ter controle de caixa.

A confusão patrimonial ainda é apresentada como uma forma de alocação ilegal de recursos, podendo ser uma forma de burlar dívidas com credores da empresa ou de algum indivíduo comandante da organização e até mesmo podendo ser uma forma de mascarar recursos com finalidades das mais diversas. Neste aspecto, Negrão (2020) apresenta que há casos em que a confusão patrimonial é proposital para ocultar patrimônio de um dos gestores, donos ou administradores e assim evitar suas responsabilidades individuais.

É evidente em como a confusão patrimonial se apresenta como uma questão de grande complexidade e que pode acarretar uma série de problemas para a organização, da mesma forma que pode gerar ações jurídicas em face da empresa ou entidade.

Há formas de confusão patrimonial que são apenas erros por parte dos administradores e gestores ou desconhecimento destes sobre princípios administrativos. Em certos casos ocorre confusão em itens como o pagamento de alojamentos, viagens, alimentação passeios e diversos outros itens pessoais com o valor dos cofres da organização, configurando um uso indevido dos recursos e gerando a confusão patrimonial sobre os gastos fixos (NEGRÃO, 2020).

Os itens citados acima não necessariamente se configuram como uma confusão patrimonial criminosa, podendo ser até justificáveis em casos concretos, tais como viagens de trabalho, transporte essencial e momentos de urgência ou bonificações. Assim, via de regra, é necessário observar o caso em concreto para descobrir se a dita ação é uma confusão patrimonial e se foi apenas um erro ou uma fraude que pode levar a diversas outras complexidades.

Crepaldi (2019) expõe que a confusão patrimonial é uma complexidade extrema para uma empresa, pois, existindo a confusão patrimonial, as demonstrações contábeis de uma empresa não podem ser vistas como confiáveis. Ao passo que os patrimônios da empresa são confundidos com o de um particular, existe a possibilidade agravante de desvio de patrimônio, ocultação de patrimônio e especialmente a perda deste patrimônio em possíveis gastos particulares.

Fato é que a confusão patrimonial gera um extremo perigo para a entidade, pois atinge o patrimônio que é um fator decisivo em qualquer organização, mesmo que inexistam vontades de lucro, esta necessita de patrimônio para desenvolver suas atividades e atingir seus objetivos. Assim é evidente que até mesmo entidades sem fins lucrativos não podem ter uma confusão patrimonial de seus administradores, gestores ou donos e os seus próprios patrimônios (MONTOTO, 2018; CORRÊA, 2017).

**2.4 A Importância Do Conhecimento Administrativo**

Outro ponto de grande importância é a análise e compreensão sobre a importância do conhecimento administrativo, sendo este conhecimento desempenhado por parte de profissionais administradores devidamente graduados ou por outros indivíduos que adquiriram tal conhecimento por estudo próprio ou uma série de situações que lhes deu experiência.

O Conhecimento administrativo é fonte essencial para o sucesso de um empreendimento ou de uma instituição, pois as técnicas existentes nas ciências administrativas são as ferramentas típicas para gerenciar organizações, recursos e até mesmo pessoas. (CARRANZA, 2016).

É certo que a administração em seu processo de graduação e especialmente como uma ciência, desenvolve as técnicas sobre gestão empresarial e organização das entidades, sendo o principal meio que se pode analisar, debater, conhecer e obter conhecimentos administrativos.

A ciência administrativa detém conhecimentos essenciais que visam dar uma melhor margem de possibilidades para que um projeto, empreendimento ou entidade atinja seus objetivos. A forma com que a ciência administrativa aplica seus conhecimentos é por meio de um ator ou atores centrais que desenvolvem papeis de poder e ações diversas para o controle dos recursos. (CHIAVENATO, 2008).

O Administrador, costumeiramente formado e profissional da área, é o agente responsável por ter o conhecimento administrativo essencial para o desenvolvimento de uma organização. Ocorre ainda que há a administração por agente de comando que não é especialista da área, mesmo assim existindo claramente conhecimentos administrativos sendo aplicados na empresa. Este agente administrador, considerado amador, detém conhecimento administrativo em razão da prática (CHIAVENATO, 2003).

Muito embora o profissional administrador seja considerado essencial em um empreendimento ou instituição, a sua participação não é garantia para o sucesso de uma empresa, sendo apenas este o agente com a gama de conhecimentos necessários para obter uma maior margem de sucesso. O sucesso de um projeto, empreendimento ou entidade demanda de uma série de fatores que podem estar além do controle do administrador, tais como a rotatividade do mercado ou problemas naturais que impeçam uma produção ou serviço. Porém a administração visa justamente reduzir a possibilidade de falha e aumentar as possibilidades de sucesso (CHIAVENATO, 2003).

O conhecimento administrativo pode ser observado em todo o processo de gestão de recursos ou pessoas, sendo evidente, no planejamento e no controle de riscos para a instituição. Este dito conhecimento administrativo pode ainda ser visto no controle organizacional, considerando os recursos humanos como parte essencial de uma instituição, assim a contratação e treinamento são pontos que o administrador deve se importar e vislumbrar a melhor alocação destes recursos. (MONTOTO, 2018).

Quanto à questão de gestão de pessoas em um processo de administração, o profissional administrador detém conhecimentos sobre os pontos de necessidade da empresa e deve fazer a análise do impacto de cada recurso humano nos objetivos da empresa ou instituição. A gestão de pessoas é geralmente o ponto onde melhor se observa o conhecimento técnico do administrador, pois a gestão de pessoas demanda a análise das necessidades da organização, do empenho dos colaboradores, conhecimento dos recursos disponíveis e dos objetivos organizacionais. (CHIAVENATO, 2003; MONTOTO, 2018).

É evidente em como o conhecimento administrativo é um fator decisivo no sucesso da organização, podendo afetar o seu futuro por meio dos atos e conhecimentos de planejamento administrativo, sendo ainda um ponto de importância no processo de tomadas de decisões e geração de informações que são utilizadas nestas tomadas de decisões.

# 3 METODOLOGIA

O problema de pesquisa, diante da temática já evidenciada, compreendeu em buscar quais sejam as práticas administrativas em uma entidade religiosa e, dentre elas, quais são as típicas boas práticas, quais as ações que violam princípios administrativos e quais as possibilidades de solução de certos problemas identificados.

Visou desenvolver uma compreensão sobre uma instituição, ao tempo em que permitisse uma comparação com instrumentos contábeis em apoio às boas práticas administrativas. Propôs a apresentar resultado sobre os diversos pontos passíveis de erros e de acertos de uma determinada instituição religiosa em relação ao desempenho do ato de administrar.

Diante da proposta e com a intenção de responder ao problema em estudo e atingir os objetivos apresentados, utilizou-se a metodologia de abordagem fenomenológica, isto é, estudando e analisando o mundo real e suas inter-relações ou problemas.

Tal metodologia fenomenológica de estudo auxiliou na busca por dados do mundo real e ainda mais nas complexidades que cercam um caso real. Gil (2008) apresenta que o método fenomenológico visa o estudo de fenômeno real e a compreensão de essência de um tema.

O método fenomenológico não é dedutivo nem empírico. Consiste em mostrar o que é dado e em esclarecer esse dado. Consequentemente, tem uma tendência orientada totalmente para o objeto. Ou seja, o método fenomenológico limita-se aos aspectos essenciais e intrínsecos do fenômeno, sem lançar mão de deduções ou empirismos, buscando compreendê-lo por meio da intuição, visando apenas o dado, o fenômeno, não importando sua natureza real ou fictícia (PRODANOV, 2013, p. 36).

É nítido em como a pesquisa fenomenológica se aplicou no caso apresentado, vez que visou descrever, analisar e interpretar os fenômenos do mundo real para o caso e a interpretação da administração dentro de uma instituição religiosa com as peculiaridades que a cercam.

Trata-se ainda de uma pesquisa de campo, focada em apresentar o levantamento de dados e informações por meio de amostragem, com busca por compreensão do mundo real. A pesquisa de campo aplicada é intima dos objetivos apresentados e da metodologia de pesquisa, pois tratou-se de uma pesquisa de observação e relato sobre as descobertas mais diversas encontradas, sendo necessário o contato direto com a instituição e seu administrador.

Pesquisa de campo: pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual procuramos uma resposta, ou de uma hipótese, que queiramos comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que presumimos relevantes, para analisá-los (PRODANOV, 2013, p. 59).

Para a busca de dados no meio fenomenológico e considerando a pesquisa de campo, foi aplicado questionário de estudo para uma entidade religiosa contando ainda com a realização de entrevista, sendo assim uma pesquisa descritiva. Com tais formas de busca, foram produzidos dados que puderam ser analisados.

O questionário é uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante (respondente). O questionário, numa pesquisa, é um instrumento ou programa de coleta de dados. Se sua confecção for feita pelo pesquisador, seu preenchimento será realizado pelo informante ou respondente. A linguagem utilizada no questionário deve ser simples e direta, para que o respondente compreenda com clareza o que está sendo perguntado (PRODANOV, 2013, p. 108).

A aplicação do citado questionário foi na forma presencial, considerando ainda um contato com a instituição em análise e que serviu como uma amostra do campo de estudo, visando analisar a instituição em contato e suas formas de administração.

É importante informar que o questionário aplicado ao estudo teve como objetivo gerar dados primários a serem interpretados e que possibilitaram encaminhar soluções sobre o problema proposto, bem como atingir os objetivos específicos e o objetivo geral já estabelecidos.

O método descritivo apresentado possibilitou a aplicação padronizada de coleta de dados, utilizando de observação sistemática, apresentação de questionários e um levantamento de dados geral que visou subsidiar o estudo dos resultados do mesmo.

Pesquisa descritiva: quando o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles. Visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática (PRODANOV, 2013, p. 52).

A pesquisa foi ainda quali-quantitativa, de forma a buscar as qualidades dos itens e suas quantidades, ressaltando ainda a pesquisa básica que não se apresentou em nenhum caso específico, buscando apenas conhecimento sobre a temática em estudo.

# 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Considerando a metodologia de estudo, diante de uma visão fenomenológica, deu-se aplicação do questionário na instituição religiosa denominada como IGREJA EVANGELHO NAZARENO DE JARDIM NOVO MUNDO, localizada à Rua Estádio California, 71, QUADRA 94 LOTE 09, Jardim Novo Mundo, na cidade de Goiânia, Estado GO - CEP 74710-070.

Trata-se de uma instituição religiosa de matriz cristã, com diversos encontros todas as semanas. Sua sede serve como ponto de encontro aos participantes e fiéis, sendo também o centro de apoio para diversos indivíduos ou um local de apoio dos fiéis da instituição.

A instituição faz parte da Matriz Cristã da congregação da Igreja do Nazareno, aliada às linhas protestantes e que visam pregar o evangelho, dar apoio a população cristã e desempenhar a catequese em comunidade. Tal congregação data do início do século XX, tendo diversos templos em todo o mundo.

A localidade em que se insere é o Jardim Novo Mundo em Goiânia. Trata-se de localidade predominantemente residencial, existindo em sua maioria habitações, com relativamente pouco comércio, centros comerciais e alguns mercados que atendem à população.

Esta característica da localidade informada auxilia o apoio à população fiel e aos necessitados, tal como sendo o objetivo das instituições religiosas presentes na localidade. Vale ressaltar que no bairro existem diversas outras instituições religiosas com os mais diversos fins e de diversas matrizes religiosas.

Informada sobre a localidade e a instituição, para a análise dos quesitos administrativos observados e que são de objetivo da pesquisa, aplicou-se questionário para que fossem compreendidas as questões administrativas da instituição.

**4.1 O Contato com o Pastor Sénior**

Aplicou-se o questionário com 12 distintas questões que visaram compreender a instituição, seu desenvolvimento, objetivos e quesitos administrativos que fossem de importância para compreender se há quaisquer formas de violação de princípios administrativos.

Apresenta-se no Anexo I o questionário aplicado, bem como a finalidade de suas questões, que justifica a necessidade de cada uma das perguntas existentes e suas motivações.

O questionário apresentado e todas a informações dele decorrentes, visaram uma compreensão da administração da empresa e como todo o seu processo de gestão é feito, analisando superficialmente tal instituição, de forma que os dados sensíveis e pessoais não sejam violados, assim respeitando os limites da pesquisa.

A aplicação do questionário se dá por meio de exposição para o indivíduo administrador da instituição, sendo um Pastor Sênior que é o representante legal da instituição e que trabalha em função da administração da entidade, liderança religiosa e até mesmo como tomador de decisões. Foi respondido prontamente com dados que atenderam ao questionário de forma branda, sem grande exposição e com apenas as respostas necessárias. Apresentam-se no Anexo II as respostas sobre o questionário aplicado.

As respostas apresentadas permitiram informações essenciais para a compreensão sobre a administração e atos de gestão da instituição, de forma que se entende as ações da entidade e seus responsáveis por tomada de decisão, planejamento e administração em geral.

Observa-se que a instituição detém apenas 4 (quatro) colaboradores, tendo um controlador ou administrador na figura do Pastor Sénior, um pastor administrativo que cuida de questões de auxílio na administração e gestão, um indivíduo responsável por tesouraria e um indivíduo responsável por departamentos.

Há poucos colaboradores na instituição, podendo seu porte ser considerado como micro, em razão da baixa quantidade de colaboradores. Muito embora não seja exatamente uma empresa, tipicamente o porte da instituição se dá em razão da Lei Complementar nº 123 de 2006, que considera as instituições por quantidade de indivíduos presentes. O IBGE (2017) apresenta que até 9 (nove) colaboradores, a entidade será micro.

Não existe explicação específica sobre o papel exato e limites de cada um dos colaboradores da instituição. Diante da pesquisa de campo foi observado que há uma certa hierarquia entre os colaboradores, de forma que o Pastor Sénior exerce soberania hierárquica na instituição, sendo este auxiliado por parte do Pastor Administrador, que toma o papel de auxiliar de administração e coordenador de diversos fatores. Existem ainda as figuras do tesoureiro e administrador de departamentos que apresentam diferentes funções especificas que auxiliam as ações institucionais.

É evidente que o Pastor Sênior desempenha uma função de agente decisor e administrador maior da instituição, de forma que ele atua como seu controlador maior e encabeça a hierarquia decisória, administrativa e de planejamento da instituição.

O Pastor Sênior ainda desempenha a função legal de representante da instituição religiosa, sendo o indivíduo que pode tomar o nome da empresa em negociações, representações jurídicas e até mesmo para acordos em projetos dos mais distintos fins.

**4.2 O Contato com os Demais Colaboradores da Instituição.**

Hierarquicamente abaixo do Pastor Sênior existe a figura do pastor administrativo, sendo um indivíduo com função auxiliar administrativa e que na prática desempenha funções de gestão e administração, sempre sob o comando do Pastor Sênior e servindo como um facilitador das ações da instituição.

Já a função de tesoureiro pode ser vista como atuando no controle de gastos, alocação de recursos, visão e planejamento de recursos, sendo feita por um único indivíduo na instituição e que parece ser uma atribuição especial que demonstra certo controle de gastos e uma forma que não permite facilmente o acúmulo de funções que pode gerar má qualidade de trabalho.

Nota-se que a existência de profissional responsável exclusivamente por um controle financeiro é um item que está de acordo com padrões contábeis e administrativos de grande importância e que respeitam princípios administrativos.

Em mesmo ponto se observa um administrador de departamentos, sendo o indivíduo responsável por organizar atividades de menor importância e que não detém grande impacto na instituição.

O indivíduo administrador de departamentos cuida de quesitos básicos como organização de grupos de estudo, de apoio institucional, de ações da instituição, de organizações em geral. Assim, tal função é algo como um auxílio às diversas ações que são desempenhadas na instituição religiosa.

Diante destas informações sobre os colaboradores presentes na instituição, é possível afirmar que, embora existam poucos colaboradores, é certo que existem distinções das mais diversas e atribuições específicas dentre eles na instituição. Cada uma das atividades descritas também apresenta um tipo de hierarquia e especialmente possibilidades de uma boa ação administrativa.

Quanto ao quesito de fonte de receitas, a instituição detém doações como sendo a principal forma de arrecadar recursos, existindo também uma mera possibilidade de arrecadação por meio de repasses de instituições superiores, tais como mantenedoras ou até mesmo recursos governamentais para incentivo cultural.

Não é explícito ou não estão abertas as informações sobre todas as receitas da instituição ou sobre suas fontes de doação. Diante disto, não se pode afirmar quais os tipos principais de doações ou se há destinações de recursos por grandes doadores e mantenedores.

Tal quesito já era esperado como foi respondido, pois, como apresenta Corrêa (2017), a existência de instituições religiosas é fortemente fomentada em razão das doações de fiéis ou do grupo de indivíduos que se reúne na instituição. Corrêa (2017) apresenta ainda que em certas instituições há comércio de artigos religiosos como forma de complemento de receitas ou fomento à propagação da cultura religiosa; não sendo este o caso em estudo.

Quanto ao quesito de contas bancárias da instituição, nota-se a presença de uma conta bancária que é utilizada para atividades de pagamentos diversos, alocação de recursos, forma de controle confiável dos maiores gastos e até mesmo como uma forma de aceitar alguns tipos de doações facilitadas. Durante a pesquisa de campo não foi informado sobre o tipo de conta, quais as suas finalidades totais, quem é o controlador ou se há gastos de tais contas em gastos pessoais do Pastor Sênior ou do Pastor Administrador.

A principal afirmação sobre a existência de conta bancária é a facilitação de obter recursos, isso considerando a atualidade e as facilidades de transferências por aplicativos bancários. Assim, a conta bancária se torna diferencial que auxilia a captação de recursos, tendo como principal fonte de receitas, as doações.

Sobre o quesito de órgão hierarquicamente superior ou filiação, existe a informação de que há uma espécie de filiação com a congregação da Igreja do Nazareno. Porém esta dita filiação não afeta na autonomia da instituição religiosa em estudo e serve mais como entidade de apoio e auxílio a processos de evangelismo e no apoio institucional. Tal filiação não implica em uma espécie de controle ou hierarquia com a entidade, bem como a dita filiação não é algo obrigatório, podendo esta filiação ser finalizada a qualquer momento. Assim a filiação serve apenas como um auxilio em desenvolvimento de cursos ou apoio logístico em projetos, ações, festividades e organização.

No quesito de controle de caixa, nota-se que há não somente um controle, como também se forma uma equipe para tal controle e produção de documentos contábeis que podem auxiliar nas tomadas de decisão por parte do Pastor Sênior, bem como do Pastor Administrador.

Este controle de caixa existente na instituição demonstra um comprometimento com análise de gastos, busca evidenciar e documentar o fluxo de caixa da instituição, bem como apresentar uma singela análise da instituição. Muito embora seja considerada uma micro entidade, por conter apenas 4 colaboradores, é evidente ao menos um processo de controle de caixa, assim apresentando uma importante forma de controle de gastos.

Em outro ponto, nota-se que a instituição não apresenta auditoria, mesmo que interna, assim inexistindo a revisão incisiva das informações contábeis e administrativas da instituição. Parece ser comum que em uma instituição deste tamanho não exista auditoria e formas de reanalise de documentos ou das ações da instituição.

Corrêa (2017) apresenta que instituições religiosas demandam de controle de gastos e auditoria especialmente quando sejam de grande porte, vez que a confusão patrimonial seja possível e gastos desnecessários ou má geridos passam a ser mais possíveis. Nesse sentido, o citado autor informa que entidades religiosas, ditas de pequeno porte não se importam em auditar sua gestão ou contas, em razão de existir uma certa transparência nos gastos da entidade.

Sobre o quesito de recolhimento fiscal, nota-se que a instituição paga tributos por meio do DARF (Documento de Arrecadação de Receitas Federais), sendo o item utilizado para pagamento de tributos diversos. A imunidade tributária de diversos itens que a Igreja goza, faz com que seja possível o pagamento mínimo de tributos e sua carga tributária seja uma das menores possíveis.

O responsável por esta ação de recolhimento tributário é o Pastor Administrador, desempenhando sua função auxiliar e de conhecimento das necessidades da entidade. Assim o Pastor Administrador deve estar atento aos poucos pontos tributários de importância da instituição, tal como INSS e recolhimentos em geral dos colaboradores da instituição.

Sobre o quesito dos membros ativos da instituição, são 189 (cento e oitenta e nove) que são fiéis em sua maioria, estes sendo indivíduos que comparecem presencialmente à instituição em seus eventos e ações evangelistas. Estes membros da instituição são de diversas etnias, classes sociais e profissionais, sendo eles a fonte de doação e em muitos momentos auxiliando os eventos da instituição e no atingimento de seus objetivos.

Há ainda o quesito de planejamento financeiro, existindo um tipo de planejamento na instituição e que visa equilibrar as contas. O planejamento desenvolvido na instituição é através de análise dos gastos e receitas da instituição, sendo feito semanalmente e visando equilibrar as contas para garantir seus projetos.

Nota-se ainda que há pagamento devido aos colaboradores da instituição, bem como um pagamento de prolabore feito ao Pastor Sênior, assim garantindo a subsistência e mínimo devido aos colaboradores. Tal fato dificulta a confusão patrimonial, já que tais pagamentos contam como despesas nos itens de controle de caixa da instituição.

Após todos os itens analisados do questionário aplicado, bem como da pesquisa de campo por acompanhamento das atividades da instituição, notou-se que há uma espécie de controle administrativo, hierarquia da instituição, gestão e planejamento orçamentário.

Os itens observados na pesquisa de campo, bem como de acordo com o questionário aplicado, demonstraram que a instituição apresenta uma forma bem branda de administração e que é pautada na experiência dos indivíduos como o Pastor Sênior e o Pastor Administrador, porém sem existir de fato um indivíduo com conhecimentos administrativos técnicos.

A falta de um administrador de fato ou de uma equipe de administração pode ser um fator preocupante na instituição, pois são faltosos os conhecimentos técnicos administrativos e um profissional que venha a garantir o correto planejamento da instituição. Ocorre que, considerando o tamanho da instituição, parece não haver real violação de princípios administrativos ou contábeis, vez que a administração da instituição pode ser feita com poucos indivíduos e não há complicações tributarias diante da isenção.

As informações levantadas parecem demonstrar como há um aspecto de informalidade nas instituições religiosas de pequeno porte. Tal como informa Corrêa (2017), essa informalidade é esperada em locais mais familiares e sem grande porte ou complexidades de sua localidade.

Nesse sentido, Silva (2019) apresenta que em pequenas entidades o uso de processos estruturados de contabilidade e administração, isto é, demonstrações contábeis, relatórios gerenciais e até mesmo hierarquias de comando, são itens pouco explorados e que na prática não são necessários devido à baixa complexidade das pequenas instituições. Silva ainda apresenta que conforme uma entidade religiosa cresce, sua quantidade de fiéis aumenta, demandando maior espaço, melhores projetos e uma necessidade de controle de gastos e administração de qualidade para controlar seus objetivos e atingir o sucesso.

Corrêa (2017) segue o mesmo entendimento de que grandes empreendimentos ou entidades demandam cada vez mais técnicas administrativas, gestão e planejamento ao passo que crescem e detém objetivos grandiosos, porém pequenos empreendimento ou entidades não se preocupam recorrentemente com tais técnicas administrativas e controle corporativo.

# 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentado procurou esclarecer como a administração é importante e como todo o ramo da ciência administrativa pode auxiliar na gestão de uma organização, independentemente de quais sejam seus objetivos.

De acordo como o embasamento teórico, o papel de um administrador em uma organização é algo que pode alavancar negócios, concretizar objetivos, atualizar os processos de gestão, gerindo-a com competência. As habilidades de um administrador graduado podem ser descritas como fonte essencial que dá melhores possibilidades para uma empresa ou instituição atingir seus objetivos, superar obstáculos e preparar-se para o futuro com produção esperada.

Na instituição analisada, porém, não se observa a existência de um administrador qualificado, mas sim a existência da figura do Pastor Sênior que toma decisões das mais diversas, tendo consigo a experiência como fator que lhe auxilia nas tomadas de decisão em sua instituição.

Notou-se que a entidade religiosa detém basicamente objetivo geral e atividade: a de catequisar e concretizar o evangelho entre seus indivíduos fiéis, sendo ainda o ponto de apoio e auxílio a comunidade local, de forma a viabilizar a paz social e o amor cristão.

A instituição analisada detém uma singela forma de controle financeiro, existindo um controle de caixa, análise de receitas e despesas para planejamento. Não sendo este fato um problema, diante de uma instituição de pequeno porte em que seu controle é facilitado por parte dos colaboradores e de seu dito administrador.

A entidade possui quatro colaboradores, apresentando salário para três destes, existindo prolabore apenas para o indivíduo que faz a figura central de administrador e gestor da instituição: o Pastor Sênior. Este dito gestor é quem controla os gastos e detém poder de mando na instituição.

Parece não haver a existência de desvio de finalidade da entidade religiosa ou sequer questões de confusão patrimonial, pois a entidade detém certo controle que é essencial para observar problemas em seus gastos. Além disto, não se observou o uso de gastos ou confusão do patrimônio da entidade para custeio específico da vida do administrador da instituição.

Verificou-se na realidade, o que Corrêa (2017) apresenta como sendo comum: a confusão patrimonial de uma instituição religiosa e seu administrador, afirmando ainda, que é complexa a forma de observar e provar a confusão patrimonial em instituições pequenas, pois muitas das transações da instituição são feitas em dinheiro e pequenas instituições não costumam ter controle de caixa.

É certo que a entidade em análise não detém grandes práticas corporativas ou controles administrativos complexos que apresentam grandes técnicas administrativas, porém o seu porte pequeno pode ser a causa que explica a falta de uma administração profissional.

Observa-se que a instituição detém um certo controle de gastos e receitas, bem como um singelo planejamento da instituição, porém não se vê muito as técnicas administrativas sendo aplicadas, tais como controle institucional, marketing, logística, administração financeira, controle dos recursos humanos ou processos de sistema gerencial.

De forma conclusiva, não foi possível observar qualquer forma de confusão patrimonial, muito embora não se tenha analisado especificamente as contas da instituição, para que fosse preservada sua privacidade, existindo devido repasse de salário aos colaboradores, bem como uma espécie de prolabore para o Pastor Sênior, sendo estes itens bem explícitos no controle de caixa da instituição.

Ao longo deste trabalho, surgiu a pretensão de que possa ser uma proposta para desenvolvimento de novos estudos e pesquisas, buscando aprofundar e aperfeiçoar a eficiência administrativa da instituição pesquisada, ou até mesmo de outras entidades religiosas.

# 6 REFERÊNCIAS

CARRANZA, Giovanna. **ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA** / Giovanna Carranza, 3ª ed. – Salvador - Bahia, Juspodivm, 2016.

CHIAVENATO, Idalberto**, Introdução à teoria geral da administração**: uma visão abrangente da moderna administração das organizações / Idalberto Chiavenato - 7. ed. rev. e atual. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração geral e pública** / Idalberto Chiavenato. - 2.ed. - Rio de Janeiro : Elsevier, 2008.

CORRÊA, V. S. Ação Econômica e Religião: Igrejas como Empreendimentos no Brasil. **Rev. adm. contemp**. vol.21 no.1 Curitiba Jan./Feb. 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2017150144. 18 Set. 2021

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Manual de perícia contábil** / Silvio Aparecido Crepaldi. – São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa** / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Demografia das empresas**: 2015 / IBGE, Coordenação de Metodologia das Estatísticas de Empresas, Cadastros e Classificações. - Rio de Janeiro: IBGE, 2017

MONTOTO, Eugenio. **Contabilidade geral e avançada esquematizado®** / Eugenio Montoto – 5. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2018

NEGRÃO, Ricardo. **Comercial e de empresa:** teoria geral da empresa e direito societário / Ricardo Negrão. - Coleção Curso de direito volume 1 – 16. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

PALUDE, Augustinho Vicente. **Administração pública** / Augustinho Vicente Palude. - 5. ed. rev., atual. e ampl. - Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO. 2016.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SILVA, Thayná Santos et al. O Uso Da Contabilidade Como Objeto De Transparência Nas Entidades Religiosas:Um Estudo De Caso Em Igrejas Batistas De Feira De Santana. **Revista Terceiro Setor & Gestão de Anais**-UNG-Ser, v. 13, n. 1, p. 17-41, 2019. Disponível em: http://revistas.ung.br/index.php/3setor/article/view/3901. Acesso em 10 Mai. 2022

**Anexo I** – Questionário Aplicado e motivações

|  |  |
| --- | --- |
| **PERGUNTA** | **FINALIDADE DA QUESTÃO** |
| 1. Nome da instituição religiosa | Qual a finalidade de saber desses dados? Simples identificação e distinção entre as demais. |
| 2. Número de Funcionários | Qual a finalidade de saber desses dados? Observar a extensão da entidade religiosa e poder comparar o número total de funcionários com a parcela que impera em função administrativa. Serve também como um parâmetro para classificá-la quanto ao seu porte perante organizações de pesquisa e/ou de financiamento. |
| 3. Fonte das receitas | Qual a finalidade de saber desses dados? Observar a existência de atividades comerciais, além daquelas típicas receitas advindas de doações, observar ainda se existem repasses de instituições superioras ou eventos realizados no local. |
| 4. Existe departamento ou funcionário que toma conta de função administrativa? | Qual a finalidade de saber desses dados? Observar se existem funcionários que cuidem especificamente da função administrativa e se existe um departamento estruturado para tal finalidade. |
| 5. Existem contas bancárias em nome da instituição? | Qual a finalidade de saber desses dados? Analisar se existem operações financeiras, vez que algumas instituições religiosas confundem sua conta bancária com a do líder religioso |
| 6. Existe responsável por controle de gastos? | Qual a finalidade de saber desses dados? Conforme Correa (2017) existem comumente cargos de “tesouraria” em instituições religiosas, mesmo sem departamento administrativo. O objetivo desta pergunta é confirmar tal informação de Correa (2017) |
| 7. A instituição responde a algum órgão ou filiação hierárquica? | Qual a finalidade de saber desses dados? Observar se há superior hierárquico ou tipo de filiação como CNBB ou alguma entidade do tipo que possa prestar apoio de logística ou auxílio de experiência. |
| 8. Há controle de caixa na instituição? | Qual a finalidade de saber desses dados? Observar se há típico controle contábil na instituição ou alguma apresentação contábil, mesmo que feita de forma amadora. |
| 9. Já existiu auditoria na instituição? Se sim, quando? | Qual a finalidade de saber desses dados? A auditoria sendo controle administrativo complexo, a finalidade é observar existência de controle administrativo avançado. |
| 10. Há algum tipo de recolhimento fiscal na instituição? Se sim,  Quais os tipos?  Quem são os responsáveis? (cargo/função)  Qual a finalidade de saber desses dados? | Visa compreender se a instituição detém controle de verbas trabalhistas que são devidas mesmo em instituições religiosas que são livres de uma série de tributos, bem como analisar se a instituição faz recolhimento de tributos que não são necessários e se sim os motivos. |
| 11. Quantos membros ativos possui a instituição? | Analisar a presença de indivíduos que são presentes na instituição, não sendo colaboradores e sim parte da comunidade da instituição. |
| 12. A entidade costuma fazer algum tipo de planejamento financeiro? | Tal questão visa compreender as ações de planejamento da instituição e sua preparação para diversos períodos a frente do presente. |
| 13. Há pagamento dos colaboradores? | Observar se há devido pagamento para os trabalhadores. |

Fonte: autora (2022)

**Anexo II** – Questionário aplicado e respostas

|  |  |
| --- | --- |
| **PERGUNTA** | **RESPOSTAS** |
| 1. Nome da instituição religiosa | IGREJA EVANGELHO NAZARENO DE JARDIM NOVO MUNDO |
| 2. Número de Funcionários | São quatro colaboradores:  1. Pastor Sénior – Formado em Teologia  2. Pastor Administrativo – Formado e Pós graduado em engenharia da informação  3. Tesoureiro – Formado em direito, sendo advogado  4. Administrador de departamentos – Ensino Médio |
| 3. Fonte das receitas | Doações. O repasse de instituição superior é facultativo. |
| 4. Existe departamento ou funcionário que toma conta de função administrativa? | Sim – Secretário |
| 5. Existem contas bancárias em nome da instituição? | Sim |
| 6. Existe responsável por controle de gastos? | Sim – Pastor Sênior |
| 7. A instituição responde a algum órgão ou filiação hierárquica? | Sim, embora não seja obrigatório. |
| 8. Há controle de caixa na instituição? | Sim – Equipe de Governo |
| 9. Já existiu auditoria na instituição? Se sim, quando? | Não |
| 10. Há algum tipo de recolhimento fiscal na instituição? Se sim,  Quais os tipos?  Quem são os responsáveis? (cargo/função)  Qual a finalidade de saber desses dados? | Sim. DARF (Documento de Arrecadação de Receitas Federais)  Com responsabilidade do administrador |
| 11. Quantos membros ativos possui a instituição? | 189 a partir de 12 anos. |
| 12. A entidade costuma fazer algum tipo de planejamento financeiro? | Sim. Dentro da média semestral de arrecadação é feito o confronto entre receita e despesas, o que possibilita o planejamento necessário para saúde das finanças da instituição, investindo ou cortando gastos, para que haja sempre equilíbrio entre os projetos e capacidade de pagamento. |
| 13. Há pagamento dos colaboradores? | Há pagamento de salário mínimo para os colaboradores, de forma que o Pastor Administrador, Tesoureiro e o administrador de departamentos recebem salários. Já o Pastor Sênior recebe um prolabore. |

Fonte: autor (2022)

1. Bacharelanda em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUCGOIÁS. [↑](#footnote-ref-1)